

Jerry Santos Guimarães
Marcello Moreira

“COMO GENTE TEMEROSA E DESESPERADA EM QUE NÃO HÁ VIRTUDE NEM FORTALEZA”: A ATUALIZAÇÃO DO TOPOS DO PEÃO COVARDE NAS CRÔNICAS DE FERNÃO LOPES, GOMES EANES DE ZURARA E RUI DE PINA

RESUMO

Neste artigo discutimos como a covardia, apontada por Aristóteles e por Flávio Vegécio como um vício recorrente e perigoso no teatro da guerra, é particularizada na Idade Média Ibérica como uma característica sobretudo da peonagem, corporação de guerreiros cuja origem social é a chamada “gente miúda”. Evidenciamos que o *topos* do peão covarde que se desespera ao avistar seus inimigos e que foge do campo de batalha, antepondo assim sua vida à honra, faz-se presente nas *Siete Partidas*, escritas a mando de D. Alfonso X de Leão e Castela, no século XIII, e nas *Ordenações Afonsinas*, promulgadas em Portugal em meados do século XV. Estes códigos jurídicos, ao mesmo tempo em que explicam tal conduta vil dos peões a partir do seu “sangue baixo”, dão úteis conselhos aos chefes militares sobre como mitigar tal problema, de modo a que a expectável covardia da peonagem não cause a ruína de toda a hoste. Por fim, analisamos como os primeiros cronistas-mores da Dinastia de Avis, ao historiarem algumas guerras nas quais o reino português se envolveu nos séculos XIV e XV, atualizam o *topos* do peão covarde prescrito pelas citadas autoridades como um dos meios de conferir verossimilhança às suas narrativas históricas.

Palavras-chave: Escrita da História. Retórica. Covardia.

“LIKE FEARFULL AND DESPERATE PEOPLE IN WHICH THERE IS NO VIRTUE NOR STRENGTH”: THE ACTUALIZATION ON THE TOPOS OF THE COWARD FOOTMAN IN THE CHRONICLES OF FERNÃO LOPES, GOMES EANES DE ZURARA AND RUI DE PINA

Abstract:

In this work we discuss how cowardry, pointed out by Aristotle and by Flavius Vegetius as a recurring and dangerous vice in the theatre of war, is particularized in the Iberian Middle Ages as a characteristic especially of the footmen, corporation of warriors whose social origin is the “lower people”. We highlight that the *topos* of the coward footman who despairs in sight of his enemies and fleets the battlefield, favouring his life to his honour, is present in the *Siete Partidas*, written by command of king Alfonso X of León e Castile, in the XIII century, and in the *Alphonsine Ordinance*, promulgated in Portugal in mid XV century. These legal codes, whilst explaining that such vile conduct of the footmen stems from their ‘lower blood’, give useful advice to military chiefs on how to mitigate said problem, so the expected cowardry of the footmen does not cause the ruin of the whole host. Finally, we analyze how the first chief chroniclers of the House of Avis, in writing some wars in which the Portuguese kingdom was involved in the XIV and XV centuries, actualize the *topos* of the coward footman prescribed by the mentioned authorities as one of the means of granting verisimilitude to their historical narratives.

Keywords: Writing of History. Rhetoric. Cowardry.

“COMO GENTE TEMEROSA Y DESESPERADA EN QUE NO HAY VIRTUD NI FORTALEZA”: LA ACTUALIZACIÓN DEL TOPOS DEL PEÓN COBARDE EN LAS CRÓNICAS DE FERNÃO LOPES, GOMES EANES DE ZURARA Y RUI DE PINA

Resumen:

En este artículo discutimos como la cobardía, señalada por Aristóteles y por Flavio Vegecio como un vicio recurrente y peligroso en el teatro de la guerra, es particularizada en la Edad Media Ibérica como una característica sobretudo del peonaje, corporación de guerreros cuyo origen social es la llamada “gente menuda”. Evidenciamos que el *topos* del peón cobarde que se desespera al avistar sus enemigos y que huye del campo de batalla, anteponiendo así su vida a la honra, se hace presente en las *Siete Partidas*, escritas a mando de D. Alfonso X de León y Castilla, en el siglo XIII, y en las *Ordenaciones Alfonsinas*, promulgadas en Portugal a mediados del siglo XV. Estos códigos jurídicos, al mismo tiempo en que explican tal conducta vil de los peones a partir de su “sangre bajo”, dan útiles consejos a los jefes militares sobre como mitigar tal problema, de modo a que la expectable cobardía del peonaje no cause la ruina de toda la hueste. Finalmente, analizamos como los primeros cronistas mayores de la Dinastía de Avis, al historiar algunas guerras en las cuales el reino portugués se involucró en los siglos XIV e XV, actualizan el *topos* del peón cobarde prescripto por las citadas autoridades como uno de los medios de construir la verosimilitud en sus narrativas históricas.

Palabras-clave: Escritura de la Historia. Retórica. Cobardía.

De acordo com o que Aristóteles escreve na sua *Ética a Nicômaco*¹ (III, 6-8), é comum que as pessoas temam males como a pobreza, a doença, a falta de amigos e a morte. Há alguns temores que são até mesmo considerados justos e nobres, como o temor do desprezo, dos insultos à família, da inveja e da desonra, por exemplo. O covarde, por outro lado, é aquele que teme tanto o que deve quanto o que não deve. Falta-lhe confiança e sobra-lhe medo ao se deparar com situações difíceis, motivo pelo qual o covarde é “um homem dado ao desespero” e à vileza. Sendo uma insuficiência, a covardia é, pois, um vício. A coragem, por sua vez, é uma virtude: ela é a mediania em relação aos sentimentos de medo e de confiança. Se o homem pouco corajoso é covarde, aquele que se excede na confiança com respeito às coisas realmente terríveis é temerário e, portanto, também vicioso.

A ocasião por excelência em que se demonstra a virtude da coragem, ainda segundo Aristóteles (*Ética a Nicômaco*, III, 6, 8), é no campo de batalha: é bravo aquele não teme o perigo de morte numa guerra. Caso venha a morrer no embate, morre honradamente. Por outro lado, os que vão à guerra forçados por seus governantes são movidos pelo medo do castigo. Seu objetivo nunca foi alcançar a honra. São, portanto, covardes. E isso explica o porquê de estes serem os primeiros a fugir quando se deparam com o perigo iminente ou quando se dão conta de que são numericamente inferiores aos adversários. Apenas os bravos combatentes permanecem nos seus postos, preferindo mesmo a morte, uma vez que a fuga configura em desonra. A coragem, afinal, é nobre porque mira a honra.

Flávio Vegécio, escritor latino do século IV d.C., pondera que é relativamente natural que os guerreiros sintam algum medo momentos antes da batalha, mas há alguns homens que têm uma disposição mais temerosa que os demais, inquietando-se tão logo veem os inimigos. Em vista disso, Vegécio dedicou um capítulo do seu *Compêndio da Arte Militar*² à averiguação cuidadosa dos sentimentos dos soldados. Ensina o tratadista que a confiança e o medo podem ser descobertos através da observação das expressões dos rostos, das palavras, da forma de andar e dos gestos dos comba-

tentes. Cabe ao general encorajar os seus homens através de um discurso no qual se explorem os seguintes pontos: (1) a vitória será conseguida com facilidade; (2) os inimigos é que são covardes e inúteis; (3) os adversários já foram derrotados outras vezes; (4) quaisquer outros argumentos que excitem os ânimos e aumentem o ódio e a indignação dos guerreiros contra os oponentes. Vegécio sugere ainda que a cavalaria seja anteposta à infantaria para evitar que os inimigos fiquem ainda mais confiantes com a visão dos peões fugindo. Como se pode perceber, para esta autoridade a peonagem era a parte da hoste mais suscetível ao medo e à consequente fuga (VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, liv. III, 12, 22).

Seguindo os conselhos de Flávio Vegécio, D. Alfonso X de Leão e Castela (1221-1284), cognominado *o Sábio*, lembra em suas *Siete Partidas*³ que o caudilho é responsável por animar seus homens através de palavras sempre que os inimigos se aproximarem. Numa situação em que o medo seja perceptível entre os combatentes, o chefe militar deve esforçá-los, dizendo-lhes que os contrários não são tantos como parecem, nem são tão bons como eles, “ó otras razones semejantes destas con que les dé conorte et esfuerzo”. Embora o caudilho deva encorajar a todos os seus subordinados, é sobretudo quando estão presentes as “*gentes menudas et de poco esfuerzo*” que se deve fazê-lo, segundo o *Sábio*. É a “gente miúda”, afinal, a que mais se entrega ao medo, motivo pelo qual o caudilho deve ter particular atenção sobre ela, animando-a assim como o médico faz ao enfermo “quando cuida morir” (*Siete Partidas*, 2ª. Part., tít. XXIII, lei 22, grifo nosso).

Mas quem especificamente compõe a chusma dessa “gente miúda”? O próprio D. Alfonso X fornece-nos a resposta. Segundo o *Sábio*, a palavra “pueblo” em sentido amplo refere-se ao “ayuntamiento de todos los homes comunalmente de los mayores, et de los menores et de los medianos”. É um equívoco, pois, associar o “pueblo” apenas à “gente menuda, *asi como menestrales el labradores*” (*Siete Partidas*, 2ª. Part., tít. X, lei 1, grifo nosso). Deste modo, em Castela no século XIII os mesteiros, ou oficiais mecânicos, e os lavradores eram identificados como componentes da “gente miúda”.

Seriam tais tipos sociais os que, segundo D. Alfonso X, mais seriam dados ao medo e à fuga quando atuavam como combatentes no teatro da guerra.

Uma das formas de divisão dos homens do terceiro estado no Portugal do século XV se dava sob uma perspectiva sócio-militar: *cavaleiros x peões*. O primeiro grupo, o dos *cavaleiros aquantiados* – anteriormente referidos como *cavaleiros-vilãos* –, era composto por homens, casados ou solteiros, que tivessem casa própria e uma *quantia* mínima de bens móveis e imóveis que lhes obrigava a possuir determinadas armas e a manter um cavalo, utilíssimo na guerra (MONTEIRO, 1998, p. 44). Aqui se encontravam os médios e grandes proprietários rurais não-nobres e os mercadores urbanos. Já o grupo de plebeus que nos interessa diretamente, o dos *peões*, era formado, em suma, assim como em Castela, por lavradores e por mesterais, os quais eram tidos por “vis” porque se sujavam trabalhando com as mãos (GODINHO, 1971, p. 63; MARQUES, 1987, p. 262-263). Era sobre eles, também chamados na documentação coeva de “povo miúdo” e de “gente miúda”,⁴ que recaía o grosso dos impostos (BARROS, 1896, p. 228-229; GONÇALVES, 1964, p. 107).

Tomando-se a peonagem em geral como sinônimo da gente miúda, resta saber que postos específicos os homens desta chusma ocupavam no teatro da guerra durante o século XV. Como em geral não podiam adquirir e manter um cavalo, os peões – donde inclusive a origem etimológica do termo – apresentavam-se para combater a pé, munidos de determinadas armas.

As *Ordenações Afonsinas* (liv. I, tít. LXIX, § 29) determinam que os *besteiros* deveriam ser escolhidos entre os mesterais casados, e citam como exemplos: sapateiros, alfaiates, carpinteiros, pedreiros, almocreves e tanoeiros, dentre outros. Tais ofícios requeriam boa destreza manual e física, o que seria exigido no manejo da besta como arma (FERREIRA, 2015, p. 144-145). Aqueles peões que não possuíssem renda suficiente para comprar e manter uma besta e sua munição – as setas, chamadas de “virotos”, ou “virotões” – deveriam servir como *homens de pé*, recrutados também entre mesterais e entre camponeses em geral. Constituíam o corpo

menos especializado das hostes (BARROCA, 2003, p. 92; BEIRANTE, 1984, p. 57; MORENO, 1998, p. 43). Os homens de pé lutavam com lanças e dardos, segundo o anônimo autor da *Crónica do Condestável* (cap. XXVIII, p. 72), ou até mesmo com fundas, de acordo com Fernão Lopes (*Crónica de D. Fernando*, cap. LXXXVII, p. 303-305). Se calhasse poderiam também dispor de um escudo ou um pavês (BEIRANTE, 1984, p. 57).

Com as inovações tecnológicas ligadas à artilharia pirobalística no final da Idade Média, peões passaram também a atuar como *bombardeiros* – manejadores de diversos tipos de canhões, chamados de “trons” e “bombardas” pelos cronistas – e como *espingardeiros*. Para este artigo, contudo, limitar-nos-emos à atuação dos peões que guerreavam enquanto besteiros e homens de pé.⁵

O medo que pode acometer os combatentes, assinalado por Aristóteles, e que é particularizado na peonagem por Flávio Vegécio e por D. Alfonso X, conforme vimos, era também previsto pelas *Ordenações Afonsinas*. De acordo com este código jurídico, “antiguamente”, num tempo indeterminado, mesterais como carpinteiros, ferreiros e pedreiros – “porque usam muito de ferir, e som fortes de maaõs” – carniceros – “porque usam a matar as cousas vivas, e esparger o sangue dellas” – bem como quaisquer outros que tivessem vigor físico e fossem ligeiros, eram aceitos na ordem da cavalaria. Ora, o tempo mostrou o erro de tal permissividade, uma vez que pessoas de baixa condição como estas careciam de ‘natural vergonça’, que é o que afinal impede ao “Cavalleiro fogir da batalha” e o “faz seer vencedor”. O homem do povo pode até ter robusto e ágil, mas, não estando sujeito ao constrangimento da vergonha imposto pelo sangue nobre, é “ligeiro pera fugir” (*Ordenações Afonsinas*, liv. I, tít. LXIII, §§ 4-8).⁶

Os três primeiros cronistas-mores da Dinastia de Avis – Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina –, escrevendo no período de vigência da *instituição retórica*,⁷ mostram-se atentos aos verossímeis próprios da narrativa histórica, sem os quais não poderiam obter a *fides* daqueles que lessem ou ouvissem a leitura de suas crônicas. Tais verossímeis são expostos

em tratados latinos de retórica que tinham circularidade no Portugal de seu tempo. A *Retórica a Herênio*⁸ (I, 16), por exemplo, ensina que, para alcançar a verossimilhança, aquele que narra deve atentar, entre outras coisas, para que a *dignidade das personagens* seja descrita conforme a opinião e o costume do seu público. Também Cícero, no seu *De Inventione*⁹ (I, 27), diz que uma narração, para ser construída verossimilmente, deve ser realizada de tal modo que, além das ações, seja também possível discernir o caráter das personagens. Páginas adiante (I, 34-36) Cícero expõe os atributos gerais das *personae* que devem ser atualizados verossimilmente, dentre os quais destacamos: (1) a *natureza humana*, na qual estão incluídos a *família* (quem são os seus antepassados ou parentes) e as *qualidades ou defeitos naturais da mente e do corpo* (se é forte ou fraco, ágil ou lento, cortês ou mal-educado, etc.); (2) o *gênero*, ou *classe de vida*, no qual se observa que educação a pessoa teve, qual sua ocupação, ofício ou profissão e os costumes de sua família; (3) a *condição*, onde se expõe se a personagem é rica ou pobre, um cidadão particular ou público, se é afortunada ou famosa, etc; (4) a *maneira de ser*, ou *hábito*, onde devem ser evidenciados as virtudes ou os vícios; (5) por fim, a *conduta*, os *acidentes* e as *palavras*: o que a *persona* fez, faz, ou fará; o que lhe ocorreu, ocorre ou ocorrerá; e o que disse, diz ou dirá.

Embora os peões não sejam protagonistas da ação narrada em nenhum dos cronistas-mores citados, eles aparecem como personagens e, portanto, devem também ser representados verossimilmente, de acordo com a dignidade própria de sua condição de gente miúda, segundo os seus vícios e virtudes, suas qualidades e defeitos, suas condutas e hábitos próprios, sempre em conformidade com o que autoridades reconhecidas escreveram a este respeito e, claro, com a opinião e o costume do público receptor das crônicas – formado em sua maioria por nobres – sobre os homens de baixa condição. Para o nosso propósito neste artigo destacaremos como o *vício da covardia* – ou a insuficiência de coragem, na concepção aristotélica – é impingido verossimilmente por Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina à peonagem no teatro da guerra.

Antes, porém, uma advertência: nem o substantivo “coragem” e nem o adjetivo “corajoso” são encontrados nas crônicas de Lopes, Zurara e Pina. O que hoje entendemos como “coragem” em Portugal no século XV estava contido na virtude cardeal da *fortaleza* (MONTEIRO, 1998, p. 474). Segundo São Tomás de Aquino, é próprio da fortaleza utilizar moderadamente a audácia para reprimir os temores dos perigos e trabalhos (*Suma Teológica*, 2-2, q. 123, a. 3). Em consonância com tal ideia, o *Sábio*, ao estabelecer que os nobres cavaleiros devem ter em si as quatro virtudes cardiais, destaca que a fortaleza fará com que eles “esten firmes en lo que ficieren et que non sean comiadizos”. Diz ainda o rei de Leão e Castela que a “fortaleza [...] es virtud que face á home estar firme á los peligros que le avienen” (*Siete Partidas*, 2ª. Part., tít. XXI, lei 4).

A par de “fortaleza”, no século XV português utilizava-se ainda a palavra “ardidez” para designar a capacidade de enfrentar o medo da morte no campo de batalha (AGUIAR, 2016, p. 60). Assim, ao narrar uma cilada em que os escudeiros e capitães de navios Rodrigo Eanes de Travaços e Dinis Dias, acompanhados de poucos homens, se viram cercados por um grande número de mouros, Gomes Eanes de Zurara escreve que os portugueses agiram “como homens fora de todo o medo”. E mais:

Por certo *sua fortaleza se mostrou ali grande*, que posto que já trabalhados andassem, e lhes sobreviesse tal refresco, não mudaram suas contenenças do que antes tinham firmado, e assim como *ardidos e bons*, começaram de pelejar, falando-se uns contra os outros, *que maldito fosse aquele que em semelhante feito voltasse atrás!* (ZURARA, *Crónica de Guiné*, cap. LXXIII, p. 311, grifo nosso).

‘Voltar atrás’ durante o combate é hábito da gente miúda, como veremos a seguir, já que é entregar-se ao medo. De homens de condição mais elevada, por outro lado, esperava-se a demonstração do contrário de tal vício: a fortaleza (ou ardidez), a qual é, segundo Miguel Aguiar (2018), a virtude cardeal mais utilizada por Gomes Eanes de Zurara para elogiar os nobres em

suas crônicas – o que é o mesmo que dizer que o vício da covardia é dos mais censuráveis para este cronista.

Fernão Lopes (138?-c.1460), nomeado primeiro cronista-mor pelo rei D. Duarte (1391-1438) em 1434, já vinha desempenhando a função de escrever narrativas históricas dos reis portugueses há algum tempo. Empenhado num projeto de memória e de esquecimento que visava a fazer esquecer a bastardia da Dinastia de Avis e a construir uma memória gloriosa sobre esta família, Lopes narra a luta do Mestre de Avis, D. João I (1357-1433), filho ilegítimo do rei D. Pedro I (1320-13367), contra D. Juan I de Castela (1358-1390) e seus apoiadores, primeiramente como Regedor e Defensor do Reino logo após a morte de seu meio-irmão, o rei D. Fernando (1345-1383), e depois como rei aclamado nas cortes de Coimbra de 1385. A guerra é, pois, uma das principais matérias de Fernão Lopes.

Uma das batalhas narradas por este cronista é a dos Atoleiros, travada a 6 de abril de 1384 e liderada por D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431) contra as forças castelhanas que tentavam cercar a vila de Fronteira, no Alentejo. Após alocar os besteiros e homens de pé em suas alas, o jovem comandante Nun'Álvares teria tomado a seguinte postura, de acordo com a narrativa lopesiana: “*E rreçamdosse dos homeês de pee, que lhe nom falleçessem por os Castellãos que eram muitos, pos alguũs homeês darmas com elles dezêdolhe, que sse elles vissem que tornava atras, que os matassem*” (LOPES, *Crónica de D. João I*, I, cap. XCV, p. 180, grifo nosso). Quer dizer, o capitão-fronteiro do Mestre de Avis no Alentejo, conhecendo muito bem a conduta dos homens de pé de costumeiramente se acovardarem e fugirem logo à primeira visão dos inimigos, pôs “homens de armas”, ou seja, nobres, entre eles, para constringerem os peões a permanecerem nos seus postos. Ao final os portugueses venceram a Batalha dos Atoleiros, que se notabilizou por ter sido a primeira em Portugal na qual os nobres lutaram “pé terra”, quer dizer, apeados, como os peões (MONTEIRO, 2003, p. 262-264).

No final da primavera de 1385 D. João I, já rei, e D. Nuno Álvares Pereira, já condestável, estavam na

comarca de Entre-Douro-e-Minho com as suas hostes. Tropas castelhanas aproveitaram tal ausência para invadir Portugal pela Beira, tendo ainda a seu favor o fato de que os dois maiores fidalgos locais, Gonçalo Vasques Coutinho e Martim Vasques da Cunha, estavam desavindos e não iriam unir seus exércitos particulares contra os invasores. Devido à intervenção do guarda-mor del-rei, João Fernandes Pacheco, porém, foram feitas as pazes entre os dois nobres beirões e organizou-se a resistência, que culminou na Batalha de Trancoso (TORRES, 1985, p. 191-192). Fernão Lopes escreve que, enquanto os fidalgos portugueses consideravam vergonhosa a possibilidade de fuga, os homens de pé, lavradores e “outros tais”, ao avistarem os castelhanos, “*começaraõ de fogir pera a vila, e outros per omde melhor podiaõ*”, sendo muitos deles perseguidos e mortos pelos ginetes castelhanos. Apesar deste contratempo, os portugueses conseguiram vencer esta batalha, que é tida em altíssima conta por Lopes: “*Pero sede çertos que de boa e pouca gemte não foy melhor ferida batalha amtre os portugueses e hos castelaõs de quãtas ouveraõ em toda a guerra que esta*”. Gloriosa vitória, obtida a despeito dos covardes peões, segundo o cronista (LOPES, *Crónica de D. João I*, II, cap. XX, p. 47-48).

Um último exemplo lopesiano: aquela que é considerada a batalha-mor de Portugal, a de Aljubarrota, também chamada de “batalha real” porque nela se enfrentaram, liderando suas hostes, D. João I de Portugal, apoiado por guerreiros ingleses, e D. Juan I de Castela, com forças francesas a engrossar suas tropas. O confronto deu-se entre o fim da tarde e o início da noite de 14 de agosto de 1385, véspera do dia dedicado a Nossa Senhora da Assunção. Conta Fernão Lopes que cerca de trinta homens de pé que cuidavam da carriagem, “*com medo e fraqueza de coração*”, abandonaram seus postos e debandaram, sendo logo capturados por ginetes adversários, que os “*matarão como porcos a calccada, que não escapouo nenhũ*”. Tal visão acabou insuflando o ânimo dos demais guerreiros portugueses, os quais disseram, de acordo com o cronista, que “*amte queriaõ morrer como homês que os matarẽ como aqueles que fogiraõ*” (LOPES, *Crónica de D. João I*, II, cap. XLI, p. 104, grifo nosso). No final os portugueses, mesmo sendo poucos diante de uma multidão de ini-

migos, venceram a Batalha de Aljubarrota e garantiram a independência do reino de Portugal com um novo rei de uma nova linhagem por cabeça do corpo social.

Gomes Eanes de Zurara (c.1405-c.1474), escrevendo a mando de D. Afonso V (1432-1481), historiou a conquista de Ceuta pelos portugueses, em 1415, na *Crónica da Tomada de Ceuta*; a manutenção e defesa desta cidade sob o seu primeiro capitão-fronteiro, com a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*; e a conquista e o governo de Alcácer Ceguer, entre 1458 e 1464, com *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Zurara é também, pois, um cronista da guerra – a guerra dos portugueses contra os mouros no Marrocos.

A primeira menção que encontramos à covardia como uma característica da peonagem em Gomes Eanes de Zurara é na descrição que ele faz das diferentes disposições de ânimo entre os portugueses na véspera do assalto a Ceuta. No interior dos navios, já então posicionados diante da cidade marroquina, se havia “muitos arditos e fortes”, também não faltavam “outros de pequenos corações”. Estes últimos tinham tanto medo que não conseguiam sequer dormir direito, assaltados por pensamentos angustiantes: temiam principalmente os inimigos mouros e a morte longe de casa, sem sepultura. Já aqueles “que a natureza guarnecera de verdadeira fortaleza” tinham “nobres pensamentos”, condizentes à sua condição: consideravam-se bem-aventurados por terem a oportunidade de serem os primeiros cristãos a “cobrar terra nas partes de África” e julgavam que, caso morressem lutando contra o infiel, ganhariam a salvação de suas almas e teriam seus feitos imortalizados pelos “autores das histórias” (ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. LXVII, p. 214-215).

Uma vez tomada a praça marroquina, o rei e uma parte dos combatentes retornam a Portugal. É sobre este pano de fundo que Gomes Eanes de Zurara retrata as “duas tenções mui desiguais” que havia entre os portugueses que ficariam em Ceuta, sabe-se lá até quando. Os “fidalgos e outros bons homens” folgaram pela possibilidade de acrescentamento de suas honras que a defesa da cidade lhes proporcionaria. Entre as “pessoas de baixo estado” – também aqui chamadas de “os outros

do povo” –, contudo, prevalecia o medo de que, após a partida do rei, “nenhum deles havia de ficar vivo”. Por isso muitos daqueles populares, tencionando voltar imediatamente para as suas casas, fingiam doenças e tentavam subornar funcionários régios, prometendo “além de sua fazenda o que não tinham” (ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. CI, p. 285).

A descrição deste quadro é ampliada por Gomes Eanes de Zurara no começo de sua *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, a qual continua de onde a *Crónica da Tomada de Ceuta* parou. Ali o cronista arrazoá que, dadas as condições, seria compreensível que mesmo os nobres tivessem algum temor. Mas eram “*espiçiallmente os popullares*” que lamentavam, segundo Zurara, e é na boca deles que o autor coloca um discurso carregado de terror. Temiam principalmente porque não havia possibilidade de fuga: de uma parte, o mar, e da outra, os mouros. Ao se despedirem dos amigos que tiveram a sorte de voltar, choravam, inconsoláveis. Diziam-se “desterrados” e pensavam que era como se fossem “dados como por sacrefiçio nas mãos destes ymfies”. Manifestavam “o temor do gramde poderio” dos contrários caso houvesse algum cerco. Acusavam o rei de, querendo aumentar a sua honra, tê-los deixado desamparados (ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. I, cap. X, p. 210-214, grifo nosso).

Ao contemplarem a partida da frota, a tristeza e o desespero novamente tomam conta dos peões: choram, gemem e clamam aos céus. Diz-nos o cronista ainda que enquanto os “popullares” temiam por si, D. Pedro de Meneses e outros fidalgos ocupavam-se dos primeiros preparativos para a defesa de Ceuta. Só depois disso é que o conde chama a todos para o meio da praça para os repreender e confortar. Zurara atribui então um discurso ao primeiro capitão de Ceuta no qual ele se dirige principalmente àqueles “popullares” – mas também a alguns nobres que porventura se comportassem como eles. D. Pedro de Meneses manifesta então “gramde desprazer vemdo assy vossos rrostos molhados e vossas caras tristes, *como gemte temerosa e desesperada em que nom há virtude nẽ fortalleza*”. As palavras que Zurara atribui ao conde D. Pedro de Meneses são duras: “O companha pusylanyma de coraçõs molharigos e afi-

minados, deizei-me por que chorades” (ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. I, cap. XI-XII, p. 216-218, grifo nosso).

Vejam agora algumas situações narradas por Gomes Eanes de Zurara que se deram na hora do confronto, ocasiões em que besteiros e homens de pé, deixando-se vencer pelo seu característico medo, agiram de forma desesperada e desordenada, fugindo vilmente para tentarem salvar suas vidas, colocando assim toda a hoste em risco.

Flávio Vegécio adverte que em um cerco o perigo é recíproco: se por um lado a maior parte das baixas geralmente se dá entre os assediadores, por outro os cercados costumam sentir mais medo. Caso os atacantes consigam demonstrar toda a força de suas armas na primeira investida, “aliado ao estrépito e trombetas e de homens”, os guerreiros de dentro das muralhas geralmente se deixam abater pelo temor. No entanto, se este primeiro ataque é repellido por confiantes soldados da cidade cercada, “imediatamente a audácia cresce entre os sitiados” (VEGÉCIO, *Compêndio da Arte Militar*, liv. IV, 12).

Em uma situação como essa, na qual o medo poderia facilmente se espalhar entre os combatentes, o *Regimento da Guerra* de Portugal aconselha ao rei ou a quem o represente militarmente a não aparentar tristeza “nem fazer mostrança de torvaçom per senbrante, ou palavra”, já que, ao verem o seu rosto alegre, os guerreiros terão uma disposição de ânimo semelhante (*Ordenações Afonsinas*, liv. I, tít. LI, § 32).

Desde que a perderam, os mouros não deixaram de tentar recobrar Ceuta, e para isto a cercaram por duas vezes. Quando se ouve que virão fustas dos inimigos para cercar a cidade pelo mar, o temor volta a rondar os cristãos. Faz-se necessária uma encenação encorajadora que conjugue gestos, expressões e palavras. D. Pedro de Meneses espera, como bom católico que era, acabar a missa que estava a ouvir, após o que sai da igreja e vai a um lugar alto, onde poderia ser visto por todos: “e desy allegrou sua cara, e amte que fallasse começou muy graçiosamemte de lamçar os olhos per todos duas

ou tres vezes, sobressendo hũ pouco sem fallar palavra, porque as gêtes rreçebessem melhor de suas rrazões”. Dirige-se não apenas aos nobres, mas também àqueles que em geral mais temiam, os “*plebeyos e comues*”. No discurso que Gomes Eanes de Zurara constrói verossimilmente, o conde lembra aos seus ouvintes das vitórias que a “naçã portugues” já obtivera sobre os mouros na Espanha e da necessidade de levar a conquista desde a Europa até a África. Argumenta que a nobreza de Portugal é de “gótica llynhagē”, o que os constrange a nunca agirem com temor e vileza. Ademais, sendo ele capitão de Ceuta há já alguns anos, já havia experimentado a nobreza dos seus homens em outras escaramuças contra seus costumeiros inimigos, os quais sempre levaram o maior dano. Foi justamente por reconhecer sua própria inferioridade bélica, aliás, que os mouros “ajuntarão esta mulltydão pera ver se vos poderia espamtar”, segundo o conde. Por fim, confiando na misericórdia divina, D. Pedro de Meneses mostra-se certo da destruição dos assediadores (ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. I, cap. LXIV-LXV, p. 458-461).

As fustas dos mouros finalmente chegam a Ceuta. Logo desembarcam “obra de dozentos mouros muy bẽ corregidos, os quais se foram dereitamente ao portall”. O objetivo dos inimigos era chegar com suas escadas aos muros da cidade para conseguirem adentrá-la rapidamente. O cavaleiro João Lopes de Azevedo “e aquelles que com elle estava” foram fazer frente aos contrários e contavam com o apoio dos besteiros. Estes, no entanto, vendo que os mouros eram “gemte estremada pera tall feito, caa cõ muy gramde viveza se chegarão ao muro e o combatia afastados de todo temor”, se acovardaram, segundo Zurara:

E como a mayor parte dos beesteyros fosse gemte popullar, cuamdo vyrã os comtrairos tam avivados pemsarã sua destroyção, desemparamdo o lugar ã que estavã assynados, com tanto temor que deyxavão as beestas e allmazẽ que tynhã. Pero chegarã ally logo escudeyros, os quaes, posto que o nõ tevessem por ofiçio, servirão ally melhor do que os outros covardos fezerão, caa, avemdo fortalleza ã seus corações, nõ perdiã ho posto com temor dos

comtrayros, o que hos primeyros faziã muito pello comtrario (ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. I, cap. LXIX, p. 480-481, grifo nosso).

Perceba-se a atitude típica dos covardes: medo desmesurado, desespero e fuga desordenada a ponto de abandonarem armas e munição. A vida é anteposta à honra. E tal covardia se explica pela condição social daqueles besteiros: abandonaram seus postos e fugiram porque eram “gemte popullar”. A contraposição é apresentada logo a seguir: escudeiros que não tinham por ofício manejar bestas corajosamente empunharam as armas abandonadas pelos besteiros com tal maestria “que em breve derribarão parte daquelles mouros” (ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. I, cap. LXIX, p. 481).

Findo o penoso cerco a Ceuta, numa das necessárias saídas daquela cidade em busca de lenha e víveres para os habitantes e seus animais, os cristãos foram surpreendidos pelos seus inimigos. Percebendo a dificuldade de locomoção dos homens de pé dos cristãos, os mouros decidiram investir exatamente sobre eles. Os cavaleiros cristãos, por sua vez, fizeram o mesmo e se lançaram sobre a gente de pé dos inimigos. Na confusão do confronto, segundo Gomes Eanes de Zurara, três peões dos cristãos fugiram para “hũ mato e jaa per vezes se quiserã lamçar, se lho os de cavallo quiseram comsentir” (ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. II, cap. XV, p. 598). E foi num matagal que também se esconderam alguns serviçais durante uma outra saída na qual os portugueses foram atacados por 150 mouros. De acordo com a pena de Zurara, a nobreza do conde D. Pedro de Meneses evidencia-se no fato de que ele, tal como a figura bíblica do *Bom Pastor*, tomou o cuidado de ir resgatar entre a vegetação cada um daqueles peões covardes. Havia um deles, porém, que não era encontrado de jeito nenhum. A cena descrita pelo cronista beira o cômico: “E tamtas vezes [o conde D. Pedro de Meneses] fez rrevolver ho mato, ate que o achou, caa *tam amedorentado jazia aquelle vill omẽ, que não ousava sahir, pareçemdo-lhe que todo herã ymigos*” (ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. II, cap. XVII, p. 608, grifo nosso).

Não é o covarde, segundo Aristóteles (*Ética a Nicômaco*, III, 7), aquele que teme o que deve e o que não deve e que, entregando-se ao desespero, age de forma vil? No capítulo seguinte encontramos outra vez o conde D. Pedro de Meneses, após um novo desbarate dos mouros, fazendo “buscar os que ficavã no mato escomdidos” (ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. II, cap. XVIII, p. 616). É gritante na narrativa zurariana a diferença apresentada entre tais peões e os “bões e virtuosos” da nobreza que, em vez de fugirem com medo, “escolheram sempre por sepultura os campos que estam amte as armas dos ymigos” (ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. I, cap. XXXIV, p. 310).

Para Gomes Eanes de Zurara a covardia é algo característico da peonagem, independentemente de sua nação. Isto pode ser observado no episódio em que nobres muçulmanos, com o objetivo de atraírem os cristãos para uma cilada, fingem ser “gemte *alldẽã*”. Tomando as vestes de seus servidores, aqueles nobres mouros foram em direção a Ceuta andando “pello campo *como gemte temerosa*, que amdava mais por ver que por pellear”. Ao serem avistados pelos portugueses, “começarã logo de se hir rrecolhendo *como gemte rreçoesa* e pouco husada”. O jovem D. Duarte de Meneses, no entanto, que na ocasião exercia interinamente a capitania em Ceuta durante a ausência de seu pai, percebeu o engodo e avisou aos fidalgos que o acompanhavam: “Çertamẽte esta gẽte cortesam he, e esta ousamça que mostram synall he que ham ousyo doutra muita mais” (ZURARA, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. II, cap. XXXVIII, p. 707-708, grifo nosso). Observamos aqui que, tanto para mouros quanto para cristãos, comportar-se como alguém da gente miúda é comportar-se com temor e com receio. Não faltam ocasiões, aliás, em que a peonagem moura também está a fugir e a se esconder em matagais. O uso de tal artimanha pelos nobres mouros chega a ser louvado no discurso que Zurara atribui a D. Duarte de Meneses como ousadia dos inimigos: tratava-se de um falso medo, já que falsa era aquela gente miúda.

Também D. Duarte de Meneses ver-se-ia envolvido em situações onde teria de lidar com o medo da peonagem.

Ao saber através de um tecelão mouro capturado que o rei de Fez planejava cercar Alcácer Ceguer com uma multidão de combatentes, o dito capitão se preocupou principalmente com o efeito que tal notícia poderia provocar na peonagem. Recorreu o conde D. Duarte de Meneses, portanto, ao mesmo estratagema utilizado por seu pai quando este passou por uma situação semelhante. Seguindo o que é prescrito pelo *Regimento da Guerra* – o qual faz eco às *Siete Partidas*, como vimos –, o capitão de Alcácer Ceguer não se deixou abater e desdenhou do poder dos inimigos, segundo as palavras que Gomes Eanes de Zurara põe em sua boca:

O capitam como era homem de grande esforço e auisamento entendeo que *ouuyndo aquella gente myuda a fama de tam grande ajuntamento que poderyam tomar tal spanto que lhes embargarya a fortelleza ao tempo da defesa*. E porem ouuyndo assy aquellas nouas começou de sse rijr contra os outros dizendo que aquella era o moor bem que lhes poderya sobreuijr. E que nom soamente querya que uiesse o poder delRey de feez mas ainda de todollos outros reis que possoyam o ssenhoryo dafrica e de bellamarym. por que disse elle quantos mais forem tanto tyraremos do feyto mayor honra e louuor” (ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cap. XLIII, p. 134, grifo nosso).

Deste modo, dentre todos os cristãos que viviam em Alcácer Ceguer, aqueles que mais facilmente seriam acometidos pelo medo diante do grande número de inimigos seriam os da gente miúda, segundo Zurara, motivo pelo qual o capitão tratou de minimizar a notícia de um cerco que, como se pode ler na própria crônica, mostrar-se-ia extremamente sofrido a todos. Dando prosseguimento à arenga que teria sido proferida pelo capitão de Alcácer Ceguer, o cronista escreve: “grande honra sera a nos disse elle despois da uitorya correr a fama pello mundo que somos cercados de tantas gentes que se nom poderyam stimar”. D. Duarte de Meneses encerra o seu discurso cujo público primeiro era a peonagem invocando a ajuda de Deus para derrotar aquela multidão de contrários

(ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cap. XLIII, p. 134-135).

Apesar de tais encenações e palavras, a arenga animadora feita por D. Duarte de Meneses não seria suficiente para amenizar os temores de boa parte da gente miúda. E assim é que o que ocorrera nos cercos de Ceuta repetir-se-ia nos de Alcácer Ceguer. Também nesta vila houve peões que reagiram com pavor e debandaram ao avistarem os inimigos se aproximando. Quando houve o primeiro assédio, segundo a narrativa zurariana, alguns besteiros, “ueendo o perigoo tam acerca leixauam os lugares como podyam auer tempo e fogiam de boamente”, o que levou o fidalgo Afonso Teles de Meneses, sobrinho de D. Duarte de Meneses, a ordenar que os nobres vigiassem para que os demais besteiros não abandonassem seus postos (ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cap. LXII, p. 182).

Os trons e as bombardas utilizadas pelos mouros durante os dois cercos lançaram milhares de pedras sobre Alcácer Ceguer, mas apenas os da gente miúda é que se espantavam com seus tiros e estrondos, segundo o cronista:

E crede que nom fazyam aquelles tyros boa uoontade aos da uilla. por que quando acertauom o muro em cheo fazyamno todo stremecer. *pollo qual Ja hy auya alguuns que mudauam as contenenças cercando seus corações de desuayrados pensamentos. auendo o feito por chegado ao derradeyro perigoo. mas o conto daquestes era pequeno e de gente baixa e vil* (ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cap. LXXIX, p. 214, grifo nosso).

Assim, ao mesmo tempo em que infama a peonagem – a “gente baixa e vil” – por um medo que lhe é tão característico, o cronista elogia os nobres que se comportaram bravamente diante da chuva de pedras arremessadas diariamente pelos mouros sobre a vila de Alcácer Ceguer. O contraste salta aos olhos quando lemos poucas páginas adiante que o cavaleiro Afonso Furtado de Mendonça, “fidalgo e nobre de todas quatro auoengas”, mesmo com o rosto banhado em sangue, com três ou

quatro dentes quebrados “e a Junta do braço onde Joga o cotouello toda smagada de huma pedrada”, vinha com sua “cara alegre sorrindo”, dizendo “que aquella era a mercadarya que se compraua naquella feyra” (ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cap. LXXX, p. 215-220).

É para situações que nos homens comuns do povo inspirariam temor, afinal, que “som os nobres homeens”, segundo Zurara (*Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cap. XCVII, p. 238). E assim é que a própria percepção do número de inimigos variava consoante a condição dos homens. Aos que “auyam menos fortaleza tanto lhe parecy a conto dos contrayros mayor. o que aaquelles cujos corações stauam mais fora de temor parecy pello contrayro” (ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cap. CVII, p. 245). Ora, como era a peonagem quem geralmente temia, eram os seus membros que tinham uma tendência a exagerar na quantidade dos adversários, como a justificar o fato de fugirem com medo. Já os nobres, por outro lado, costumavam menosprezavam o número dos oponentes devido à bravura que lhe era característica, de acordo com a pena zurariana.

Chegamos, por fim, ao terceiro dos cronistas-mores com produção efetiva na corte avisina, Rui de Pina (c.1440-1522). Embora desde 1490, ainda sob D. João II (1455-1495), Pina viesse recebendo tença anual para escrever os feitos dos reis de Portugal, foi só em 1497, já sob o reinado de D. Manuel (1469-1521), que ele foi oficialmente nomeado cronista-mor (SERRÃO, 1972, p. 101). Do seu extenso *corpus*, que historia desde o reinado de D. Sancho I (1154-1211) até o de D. João II, destacamos as narrativas de duas batalhas que marcaram profundamente a história de Portugal no século XV, uma contra os mouros no Marrocos e outra civil, ambas com resultados funestos para a sociedade portuguesa.

Durante o curto reinado de D. Duarte dois partidos opostos tentavam angariar o apoio do monarca: um, favorável à expansão guerreira sobre o Marrocos, liderado pelo infante D. Henrique (1394-1460), e o outro, contrário, encabeçado pelo infante D. Pedro

(1392-1449), que propunha mesmo o abandono de Ceuta e o investimento na expansão comercial pacífica no Atlântico. Tendo ouvido (ou lido) os conselhos de ambos os lados, D. Duarte decidiu-se por tentar tomar Tânger (MARQUES, 1997, p. 218). O próprio infante D. Henrique capitaneou a expedição que saiu de Lisboa a 22 de agosto de 1437 para cercar a cidade marroquina, da qual faziam parte dois mil homens de armas, mil besteiros e três mil homens de pé – menos da metade do inicialmente previsto (MONTEIRO, 2017, p. 193). Foram feitas algumas tentativas de assalto à cidade, mas nenhuma resultou, e no final os portugueses, de cercadores passaram a cercados. O arraial montado pelos cristãos não tinha acesso ao mar e eles se encontravam isolados no seu “palanque”, isto é, na proteção circular de madeira que haviam feito para si (DUARTE, 2015, p. 81-82). Após negociarem com os mouros uma saída extremamente desonrosa para si, os portugueses começaram então a se retirar em direção aos seus navios. Eis o quadro oferecido por Rui de Pina:

*A gente myuda, com desejo de salvar as vidas de que foram desesperados, embarcavam com grande desordenança a que se nom podia proveer, ca se lançavam ao mar soltamente, nom esguardando se ho bateel era do Navio, em que vierom, se d'outro alguum, e muytos delles por fazerem os mareantes ã sua salvaçom mais atentos e diligentes, tentavamos com cobyça, oferecendo-lhes loguo nas maaõs, alguũa proveza que ainda escapara; e isto começou de dar grande desaviamento aa embarçaom, e causar alguum dâno; porque a todos os Ministros do mar veenceo tanto esta aborrecivel cobyça, que sospendiam a entrada dos que alguuã cousa lhe nom peytavam, e os despunham por isso a grande perigo, do que ElRey ouve despois sabendo-o, gram desprazer, e segundo a mostrança de seu desejo, certamente este erro nom ficara sem grave punyçom, se delle podéra achar os certos autores (PINA, *Crónica do Senhor Rei D. Duarte*, cap. XXXIV, p. 560, grifo nosso).*

Os elementos elencados por Aristóteles em sua *Ética a Nicômaco* estão aí: covardia diante do perigo de morte iminente na guerra, ação desesperada provocada pelo medo e fuga desordenada. Escreve o cronista ainda que os besteiros que davam cobertura à retirada dos demais acabaram fugindo e lançando-se também açodadamente ao mar, onde vieram a perecer até quarenta deles. Eram estes, afinal, também gente miúda. Por outro lado, dois cavaleiros, o marechal Vasco Fernandes Coutinho e o capitão Álvaro Vaz de Almada, resistiram bravamente e, mesmo tendo “a persiguiçom dos Mouros a morte nas costas”, cortês e esforçadamente disputaram para ver quem seria o último a embarcar, “por cada huum ficar por derradeiro em guarda do outro”. Daí que o “primor da honrra” fosse desses dois nobres (PINA, *Crónica do Senhor Rei D. Duarte*, cap. XXXIV, p. 560-561). A diferença de disposições entre os peões e os fidalgos é evidente. Embora haja nobres que eventualmente possam vir a demonstrar covardia, tal vício caracteriza notadamente a gente miúda, de acordo com Rui de Pina.

Este cronista já havia repreendido a “covardice” de “alguũs Fidalgos e muytos Cavalleiros e Escudeiros, e delles seus Criados e outros”, perfazendo um total de cerca de mil pessoas, que haviam abandonado o infante D. Henrique antes da saída negociada com os mouros de que trata o trecho acima. O cronista vale-se de tal episódio para louvar tanto os nobres que permaneceram com D. Henrique em terra até o fim como aqueles que, estando nos navios, desembarcaram para auxiliá-lo, não temendo a morte (PINA, *Crónica do Senhor Rei D. Duarte*, cap. XXX, p. 550-551, grifo nosso). Como destaca João Gouveia Monteiro (1998, p. 485, n. 169), nas numerosas cartas de privilégios e de perdão concedidas por D. Duarte aos que participaram da trágica campanha de Tãnger de 1437, o rei leva em consideração o fato de os beneficiados terem estado ao lado do infante D. Henrique até a última hora do recolhimento. Afinal, a nobreza que teme e foge é repreendida exatamente por ferir o decoro do seu estado e se comportar de forma desonrosa, como a peonagem.

A segunda batalha narrada por Pina na qual vamos analisar a atuação covarde dos peões é a de Alfarro-

beira, ocorrida em 20 de maio de 1449, na qual se enfrentaram, de um lado, o exército do jovem rei D. Afonso V, apoiado pelos seus tios, o conde de Barcelos e o infante D. Henrique, e, de outro, as hostes de seu outro tio, o infante D. Pedro, que era também seu sogro, ex-regente e ex-tutor. Conta o cronista que na noite que antecedeu o confronto, ao se aperceber de que o rompimento entre o infante D. Pedro e o monarca era irremediável, “muyta jente, *especialmente de péé*”, temendo por sua vida abandonou o arraial do ex-regente. Quando por fim teve início o combate seguiu-se nova debandada, com destaque uma vez mais para os peões, que desertavam “*com tamanho medo e perygo*” que se esqueciam “do emparo e defesa do Yfante”, deixando-o à própria sorte e tomando “a fogida por sua salvação”. Se a “*vyl jente*” fugia, por outro lado “nom falleceram outros muytos boõs, que com esforçados coraçoões oferecendo ja suas vidas aa morte sostynham e defendyam sua querella, tanto quanto a suas forças era possyvel”. Era manifesto, como se vê mais uma vez, o contraste entre as condutas dos peões e as dos melhores nobres durante a guerra na visão do cronista de D. Manuel (PINA, *Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. CXVIII, p. 743; cap. CXXI, p. 746).

Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina conheciam os verossímeis próprios da narrativa histórica. Sabiam que, além de escrever a verdade – ao menos este era o compromisso por eles assumido, já que a escrita das coisas que realmente sucederam é o que singulariza a história, segundo os vários tratados de retórica greco-latinos –, deveriam também escrevê-la de forma *verossímil*. Atentando para o que prescreviam diversas autoridades, tanto antigas quanto medievais, os três primeiros cronistas-mores de Portugal buscaram oferecer a seu público narrativas históricas de guerras nas quais as personagens manifestavam qualidades, hábitos, condutas e palavras plausíveis, de acordo com a sua condição e a sua dignidade. Deste modo é que, enquanto os guerreiros nobres no geral são pintados como fortes e ardidos, os peões são comumente apresentados como covardes, desesperados e fujões. Se um fidalgo se amedronta e foge, fere o decoro do seu estado e rebaixa-se à vilania. Merece, pois, ser

repreendido por ter se igualado ao peão covarde. Se o peão, por outro lado, ainda que à guisa de exceção, vence o constrangimento do seu “baixo sangue” e age valentemente, age como se nobre ele fosse. Neste caso ele é elogiado por ter atingido o ideal de nobreza, o qual era composto pela virtude cardeal da fortaleza. O excepcional também está previsto no verossímil. Mas isto já é outra história.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Miguel. As crônicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV. **Medievalista**, n. 2, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA23/aguiar2304.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
- AGUIAR, Miguel. **Ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Medievais) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/26653912/Ideologia_Cavaleiresca_em_Portugal_no_s%C3%A9culo_XV>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- ALFONSO X (Don). **Las siete partidas del Rey D. Alfonso el Sabio, cotejadas con varios códices antiguos por la Real Academia de la Historia**. t. II. Partida Segunda y Tercera. Madrid: Imprenta Real, 1807.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução direta do grego por Vincenzo Cocco e notas de Joaquim de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 245-436. (Coleção “Os Pensadores”, v. IV).
- BARROCA, Mário Jorge. Da Reconquista a D. Dinis. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). **Nova história militar de Portugal**. v. I. Coord. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. p. 21-161.
- BARROS, Henrique da Gama. **História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV**. t. II. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1896.
- BARROS, João de. **Ásia de João de Barros dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente**. 4 v. [Lisboa]: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1988.
- BEIRANTE, Maria Ângela. **As estruturas sociais em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.
- BRAGA, Paulo Drummond. A expansão no norte de África. In: SERRÃO, José; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). **Nova história da expansão portuguesa**. v. II: A expansão quatrocentista. Coordenação de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 235-357.
- CAEIRO, F. Gama. Aristotelismo em Portugal (período medieval). In: In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org. e coord.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. 2. ed. Tradução de José Colaço Barreiros e Artur Guerra. Lisboa: Editorial Caminho, 1993. p. 59-62.
- CICERÓN. **La invención retórica**. Introducción, traducción y notas de Salvador Nuñez. Madrid: Editorial Gredos, 1997.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I: o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- CRÓNICA do condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira. Preparação do texto e introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1972.
- DUARTE (Dom). **Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)**. Edição diplomática de João José Alves Dias. Revisão de A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- DUARTE, Luís Miguel. **Aljubarrota**: crónica dos anos de brasa. 1383-1389. Matosinhos: Quidnovi, 2007. (Coleção Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal).
- DUARTE, Luís, Miguel. **Ceuta, 1415**: 600 anos depois. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.
- DUARTE, Luís Miguel. A marinha de guerra. A pólvora. O norte de África. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). **Nova história militar de Portugal**. v. I. Coord. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. p. 289-441.
- ESPÍRITO SANTO, Arnaldo. Louvor e vitupério [da guerra] em textos latinos medievais. In: COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António; REBELO, Manuel Ribeiro (Coord.). **A guerra e a sociedade na Idade Média**. Actas / VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. v. II. Campo Militar de S. Jorge (CIBA), Porto de Mós, Alcobça, Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009. p. 245-255. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/33701>>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- FERNANDES, R. M. Rosado. Breve introdução aos estudos retóricos em Portugal. In: LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de retórica literária**. Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. p. 13-32.
- FERREIRA, Leandro Ribeiro. **De homens-comuns a força de elite**: os besteiros do conto em Portugal na Idade Média (1385-1438). 211 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Medievais) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2015. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/82675>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

- GODINHO, Vitorino Magalhães. **A estrutura da antiga sociedade portuguesa**. Lisboa: Editora Arcádia, 1971.
- GOMES, Saul António. **D. Afonso V: o Africano**. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2009.
- GONÇALVES, Iria. **Pedidos e empréstimos públicos em Portugal durante a Idade Média**. Lisboa: Centro de Estudos Fiscais da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos / Ministério das Finanças, 1964.
- GUÉRIOS, R. F. Mansur. Algumas etimologias. **Letras**, Curitiba, n. 32, p. 94-106, 1983.
- GUIMARÃES, Jerry Santos. “**De qualquer outro do povo escrevera seu feito, se o achava em merecimento**”: memória e esquecimento da “gente miúda” nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara. 527 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2020/03/TESE-DE-JERRY-SANTOS-GUIMAR%C3%83ES.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2020.
- HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. **Para que todos entendais**: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra: letrados, manuscrita, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII. v. 5. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- LOPES, Fernão. **Crónica de D. Fernando**. Edição crítica por Giuliano Macchi. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2004.
- LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I**. v. I. Com uma introdução de Humberto Baquero Moreno e um prefácio de António Sérgio. Porto: Livraria Civilização Editora, 1983.
- LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I**. v. II. Edição preparada por M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Porto: Livraria Civilização Editora, 1983.
- MATTOSO, José. **Identificação de um país**: ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325. Lisboa: Editorial Estampa, 1985. 2 v.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**. v. I. Das origens ao Renascimento. 13. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. **Portugal na crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- MONTEIRO, João Gouveia. **A guerra em Portugal nos finais da Idade Média**. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.
- MONTEIRO, João Gouveia. De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449) – Os desafios da maturidade. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). **Nova história militar de Portugal**. v. I. Coord. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. p. 163-287.
- MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes**: texto e contexto. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.
- MONTEIRO, João Gouveia. Parte I (1096-1495). In: TEIXEIRA, Nuno Severiano (Coord.). **História militar de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017. p. 15-206.
- MORENO, Humberto Baquero. **A Batalha de Alfarrobeira**. v. I. Antecedentes e significado histórico. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.
- MORENO, Humberto Baquero. O município português nos séculos XIV a XVI. In: VIEIRA, Alberto (Coord.). **O município no mundo português**. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998. p. 37-47.
- NASCIMENTO, Aires. Vasco Fernandes de Lucena. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org. e coord.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. 2. ed. Tradução de José Colaço Barreiros e Artur Guerra. Lisboa: Editorial Caminho, 1993c. p. 647-648.
- ORDENAÇÕES Afonsinas. 5 v. Reprodução “fac-símile” da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1792. Lisboa: Fundação Calouste Goulbenkian.
- PINA, Rui de. **Chronica do senhor rey D. Affonso V**. In: **Crônicas de Rui de Pina**. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977. p. 576-881.
- PINA, Rui de. **Chronica do senhor rey D. Duarte**. In: **Crônicas de Rui de Pina**. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977. p. 477-575.
- RETÓRICA a Herênio. Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A. **As tristes rainhas**: Leonor de Aragão. Isabel de Coimbra. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A historiografia portuguesa**: doutrina e crítica. v. I. Séculos XII-XVI. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.
- TOMÁS DE AQUINO (Santo). **Suma Teológica**. t. II-III e III (2º). 3. ed. Traducción y anotaciones por una comisión de PP. Dominicos, presidida por el Dr. Francisco Barbado Viejo, O. P. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1959.
- TORRES, Ruy d'Abreu. Trancoso, Batalha de (1385). In: SERRÃO, Joel (Dir.). **Dicionário de História de Portugal**. v. VI. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985d. p. 191-192.
- VEGÉCIO, Flávio. **Compêndio da Arte Militar**. Trad. de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da tomada de Ceuta**. Introdução e notas de Reis Brasil. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1973.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica do Conde D. Duarte de Meneses**. Edição diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica do Conde D. Pedro de Meneses**. Edição e estudo de Maria Teresa Brocardo. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

NOTAS

- 1 O ensino de filosofia moral na universidade portuguesa inspirava-se na Ética a *Nicômaco* de forma documentada pelo menos desde 1431 (CAEIRO, 1993, p. 59).
- 2 Constante na biblioteca do rei D. Duarte e catalogado como “Liuro da guerra” (*Livro dos Conselhos*, doc. 54, p. 207). De acordo com Rui de Pina, o infante D. Pedro traduziu esta obra vegeciana, intitulada originalmente *Epitoma Institorum Rei Militaris*, para a língua vulgar (*Crónica do Senhor Rei D. Afonso V*, cap. CXXIV, p. 754).
- 3 Este código jurídico castelhano teve ampla circularidade em Portugal e foi mesmo traduzido para o português (MATTOSO, 1985, II, p. 96).
- 4 Para uma discussão acerca dos conceitos de “povo miúdo” e de “gente miúda” no final da Idade Média portuguesa, remetemos a Jerry Santos Guimarães (2019, p. 197-287).
- 5 Aqui trataremos apenas dos *besteiros do conto*, que combatiam a pé. Havia, porém, uma pequena parcela de besteiros que atuavam montados, os chamados “besteiros de cavalo”, milícia criada por D. João I no final do século XIV. Mesmo estes, porém, eram recrutados entre os mesteiros (MONTEIRO, 1998, p. 72-76). Com respeito aos peões que atuavam como bombardeiros e espingardeiros, veja-se Luís Miguel Duarte (2003, p. 351-359) e João Gouveia Monteiro (1998, p. 352-358; 2003, p. 180-183; e 2017, p. 175-178).
- 6 Esta passagem das *Ordenações Afonsinas* segue de perto o que é prescrito pelas *Siete Partidas* (2ª. Part. tit. XXI, lei 2).
- 7 Longa duração que vai desde o século IV a.C., quando Aristóteles escreveu sua *Retórica*, até a segunda metade do século XVIII, quando a instituição retórica “declina e é substituída pela subjetivação romântica da elocução” (HANSEN; MOREIRA, 2013, p. 347, 367).
- 8 No Mosteiro de Santa Maria de Alcoçaba foi encontrado um códice do século XV da *Rhetorica ad Herennium*, de autor desconhecido, mas à época atribuída a Cícero e por isso denominada *Retórica Nova*, ou *Retórica Segunda* (FERNANDES, 2011, p. 15).
- 9 No catálogo da biblioteca do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra consta uma edição de fins do século XII ou começo do século XIII dos *Duo libri de Retorica scilicet Tulij*, os quais correspondem aos dois livros que compõem o *De Inventione*, também conhecido como *Retórica Velha*, ou *Retórica Primeira* (FERNANDES, 2011, p. 15). Aqui utilizamos a versão em espanhol *La Invención Retórica* de Salvador Nuñez (CICERÓN, 1997).
- 10 Durante muito tempo Fernão Lopes foi considerado “o cronista do povo” pela crítica. Maria Ângela Beirante (1984, p. 90-99) e João Gouveia Monteiro (1988, p. 128, 149, nota 82), no entanto, demonstraram que este cronista, como os que lhe sucederam, escrevia em nome e em louvor da nobreza fiel ao rei.

- 11 Cumpre acrescentar que tais cronistas, além de censurarem, também elogiam a peonagem em determinadas situações. Com respeito ao louvor de Gomes Eanes de Zurara à gente miúda, por exemplo, remetemos a Jerry Santos Guimarães (2019, p. 397-487).
- 12 A palavra “coragem” só aparece na crônica portuguesa de meados do século XVI. João de Barros (1496-1570), por exemplo, já a utiliza na *Década I* de sua Ásia (liv. I, cap. VI, p. 27), impressa pela primeira vez em 1552 (SERRÃO, 1972, p. 218). O étimo “coragem” passou à língua portuguesa através do francês *courage*, que procede do latim vulgar falado na Gália *coratum*, que por sua vez vem de *cor*, isto é, “coração” (GUÉRIOS, 1983, p. 96-97).
- 13 O sentido forte da expressão “homens de armas”, bem como “gentes de armas”, segundo Maria Ângela Beirante (1984, p. 55), é o de “nobres bem armados que combatem a cavalo constituindo a cavalaria pesada, o que não obsta a que possam combater a pé”. Luís Miguel Duarte (2015, p. 168) acrescenta que os homens de armas geralmente combatiam com um arnés (armadura) que lhes cobria todo o corpo.
- 14 Trem de apoio que acompanhava as hostes nos seus deslocamentos, onde se transportavam e guardavam alimentos, bagagens, armas e munição (MONTEIRO, 1998, p. 252-255).
- 15 A Batalha de Aljubarrota é a mais estudada dentre as que foram travadas no Portugal medieval. Para mais informações sobre este embate remetemos a Maria Helena da Cruz Coelho (2005, p. 73-90); Luís Miguel Duarte (2007), e João Gouveia Monteiro (1998, p. 295-308; 2003, p. 273-274; e 2017, p. 188-193).
- 16 Constante no título LI do livro I das *Ordenações Afonsinas*, trata-se de uma adaptação do título XXIII da *Segunda Partida* de D. Alfonso X (MONTEIRO, 1998, p. 228).
- 17 Embora fale de “cercos ambos” de Ceuta (*Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, liv. I, cap. XXVIII, p. 290), Zurara confunde os eventos dos dois assédios em sua narrativa. É provável que o primeiro cerco tenha ocorrido em 1418 e o segundo em 1419 (BRAGA, 1998, p. 247-249).
- 18 Há nesta arenga construída por Zurara vários *topoi* que são empregados em discursos de encorajamento feitos por chefes militares desde a Antiguidade. Vimos acima alguns deles, com Vegécio. Para mais informações sobre este assunto, remetemos a Arnaldo Espírito Santo (2000) e João Gouveia Monteiro (1998, p. 277).
- 19 Assim, por exemplo, na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* (liv. I, cap. XXXVIII, p. 332; liv. II, cap. VII, p. 553-554; liv. II, cap. XXXIII, p. 679-680) e na *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* (cap. LXXXVIII, p. 195).
- 20 O rei de Fez cercou Alcácer Ceguer por duas vezes. O primeiro assédio começou já no mês seguinte à conquista daquela vila pelos cristãos e durou de novembro de 1458 a 2 de janeiro de 1459, num total de 53 dias. Já o segundo se deu entre 2 de julho e 24 de agosto de 1459. Foi durante este último cerco que D. Duarte de Meneses mandou vir do reino sua mulher e seus filhos, e o fato de eles terem conseguido penetrar na vila sitiada deu novo ânimo aos combatentes (BRAGA, 1998, p. 274-275).
- 21 Gomes Eanes de Zurara faz constantes referências ao número de pedras arremessadas diariamente sobre Alcácer Ceguer ao longo desta crônica. Para se ter uma ideia de sua quantidade, num balanço feito pelo cronista das pedras lançadas apenas durante o segundo cerco, e somente através das bombardas, fora trons e outros “estromentos mais pequenos”, seu conto chega a 2.489 pedras (ZURARA, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, cap. XCVI, p. 233).
- 22 Em substituição ao doutor Vasco Fernandes de Lucena, do qual não se conhece qualquer crônica, apesar do cargo por ele ocupado (NASCI-MENTO, 1993, p. 648).

- 23 Os argumentos estão preservados no *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, também conhecido como *Livro da Cartuxa*. Destacamos os conselhos do infante D. Pedro (doc. 4, p. 27-39), do infante D. João (doc. 6, p. 43-49), do conde de Arraiolos, sobrinho do rei (doc. 8, p. 61-64) e do infante D. Henrique (doc. 20, p. 116-120).
- 24 Segundo a narrativa de Rui de Pina, foi permitido que os portugueses partissem levando apenas suas roupas, devendo deixar armas, cavalos e artilharia. Ceuta deveria ser devolvida com todos os cativos mouros que ali estivessem. Até que isto se cumprisse, o infante D. Fernando (1402-1443) e alguns outros cristãos ficariam por reféns (PINA, *Crónica do Senhor Rei D. Duarte*, cap. XXXIII, p. 558).
- 25 Filho bastardo que D. João I teve quando ainda era Mestre de Avis, D. Afonso (1377-1461) foi depois o 1º. duque de Bragança.
- 26 Para uma análise profunda da Batalha de Alfarrobeira, desde seus antecedentes, permanece incontornável o clássico estudo de Humberto Baquero Moreno (1979). Para considerações mais atualizadas sobre este confronto militar e seus desdobramentos, veja-se ainda, dentre outros: Saul António Gomes (2009, p. 82-102); João Gouveia Monteiro (2003, p. 284-284) e Ana Maria Rodrigues (2012, p. 295-316).

OS AUTORES

Jerry Santos Guimarães é Licenciado em História, especialista em Teoria e História Literária, mestre e doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professor de História da Secretaria de Educação da Bahia. E-mail: jerryguima@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7331-695X>

Marcello Moreira é Graduado em Letras Vernáculas e Orientais, mestre em Filologia e Língua Portuguesa e doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (USP). Professor pleno do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DELL/UESB). E-mail: moreira.marcello@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6827-2772>